

ASSOCIATIVISMO EM REDE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS NO MUNICÍPIO ALAGOANO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO

João Batista Barros de Amorim, Maria Luiza Lins e Silva Pires

RESUMO

Este trabalho analisa a relação existente entre extensão rural e associativismo em rede e seus impactos sobre o desenvolvimento local, no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Quais as práticas que caracterizam o associativismo em rede no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e quais os seus impactos no município de Olho D'Água do Casado? Essas questões foram analisadas tendo como referência empírica a experiência vivenciada no município alagoano de Olho D'Água do Casado. Os resultados indicaram que o P1MC vem se consolidando com a renovação das práticas de extensão rural, calcadas na participação e no fortalecimento do associativismo em rede, com implicações sobre o desenvolvimento local no município estudado.

Palavras-chave: associativismo em rede; extensão rural; desenvolvimento local.

NETWORK ASSOCIATIVISM AND LOCAL DEVELOPMENT: ONE MILLION WATER WELL PROGRAM (P1MC) ON THE CITY OF OLHO D'ÁGUA DO CASADO

ABSTRACT

This paper analyses the relation that exists between rural extension and network associativism and its impact on local development, within the scope of the One Million Water Well Program (P1MC). What practices characterize the network associativism within the scope of the One Million Water Well Program (P1MC)? and ii) what impacts do these practices have on the city of Olho D'Água do Casado, a city located in the arid region of the Brazilian State of Alagoas? Results pointed that P1MC has consolidated by the renewal of rural extension practices, based on participation and on the strengthening of network associativism, with implications on the local development of the studied city.

Key words: network associativism; rural extension; local development.

João Batista Barros de Amorim. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: jbbamorim@yahoo.com.br

Maria Luiza Lins e Silva Pires. Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Email: marialuizapires@gmail.com

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, discute-se a relação entre extensão rural e associativismo em rede no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), aqui situado como uma política pública de convivência com o Semiárido.

Situar o P1MC como uma política pública requer a compreensão em torno das concepções teóricas que apontam a existência de conflitos, interesses e valores nas práticas de extensão rural e nos processos de desenvolvimento local, articulados em rede. Tal entendimento parte do pressuposto de que o trabalho do P1MC não foge à regra, seja pela necessidade de mobilizar os vários segmentos da sociedade, seja pelo viés econômico, por mobilizar expressivos recursos financeiros na construção de cisternas, no período compreendido de 2003 a 2008¹.

O P1MC é uma iniciativa da Articulação no Semiárido (ASA) que se propõe a dinamizar o associativismo em contextos populares, a partir de um conjunto de práticas de extensão rural, focadas na mobilização para a construção de cisternas no meio rural.

A ASA, por sua vez, é uma rede composta por 750 organizações da sociedade civil que tem como proposta principal desencadear ações de convivência com o Semi-Árido, norteadas como um contraponto às iniciativas históricas de combate à seca. Valendo-se de uma nova concepção de políticas públicas, a ASA valoriza e incentiva a organização associativa no meio rural como estratégia de ampliar a participação popular nos diversos programas desencadeados na região. Com efeito, no âmbito do P1MC, a cisterna é o elemento mobilizador dos processos participativos, articulados em rede, na perspectiva da convivência com o Semiárido e do desenvolvimento local.

Entende-se que, no âmbito do P1MC, os significados, valores e interesses, em torno da construção de cisternas, configuram as mediações vinculadas ao associativismo em rede. Esta forma de associativismo é aqui compreendida como um processo articulado por um conjunto de organizações sociais, cujos propósitos se baseiam no fortalecimento das relações de solidariedade e reciprocidade e da capacidade de participação popular nas ações políticas, desde a concepção, até a avaliação dos resultados.

É importante ressaltar que o associativismo em rede, tratado neste estudo, se distancia das históricas formas de organização associativa, comumente instituídas nos contextos da agricultura familiar para permitir o acesso dos agricultores a determinadas linhas de projetos e de crédito. Ao contrário, a ideia que move o conceito, aqui tratado, se baseia em um conjunto de ações, com vistas a um objetivo comum, que é a construção de cisternas. Para compreensão de tais aspectos, procuramos investigar quais são as práticas que fomentam um associativismo em rede, no âmbito do P1MC, em Olho D'Água do Casado, e quais são os seus impactos sobre esse município.

Com base nessas preocupações e tendo como referência empírica o município de Olho D'Água do Casado, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as práticas de extensão rural e as ações coletivas articuladas em rede, destacando a participação como a principal estratégia do P1MC, para fomentar um processo de desenvolvimento local.

Visando fundamentar a discussão teórica da relação entre as práticas extensionistas e o associativismo em rede, no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), foram destacadas algumas concepções acerca da participação, do associativismo, das redes sociais, da extensão rural e do desenvolvimento local.

1.O orçamento total do P1MC é de 1,7 bilhões de reais e entre 2003 e 2008, a ASA mobilizou e movimentou cerca de 400 milhões de reais, para construção de 262,5 mil cisternas, em 1.032 municípios da região semi-árida.

A pesquisa foi realizada em Olho D'Água do Casado, em diferentes momentos, que se estenderam do período de 2003 a 2008². Entretanto, a coleta dos dados, via realização de 42 entrevistas semiestruturadas, ficou restrita ao ano de 2008. As entrevistas foram realizadas em oito comunidades rurais com os seguintes sujeitos: seis pedreiros responsáveis pela construção das cisternas (50% do total de pedreiros capacitados pela ASA no município), seis gestores do Fórum de Dlis, responsáveis pelos processos de mobilização, capacitação e construção das cisternas (100% do universo) e trinta beneficiados pelas cisternas, construídas pelo P1MC, entre 2003 e 2008 (10% do total de beneficiados no município).

A título de uma breve contextualização do território pesquisado, é interessante frisar que Olho D'Água do Casado é um município do sertão alagoano, com 8,3 mil habitantes, que tem a metade da população vivendo no meio rural, basicamente dos cultivos sazonais de milho, feijão, mandioca, abóbora e batata doce (em regime de sequeiro) e da criação extensiva de bovinos, caprinos, ovinos, aves e abelhas, sendo a apicultura a atividade mais recente ali desencadeada. A escolha desse município deve-se ao fato de que o Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Fórum de Dlis) é o único, dentre os trinta fóruns implantados pelo Programa Comunidade Ativa³, nos municípios da mesorregião de Xingó (formada pelos municípios fronteiriços dos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco) que faz parte das dinâmicas da ASA e do P1MC.

Neste estudo, o Fórum de Dlis de Olho D'Água do Casado é particularmente situado como uma instância fundamental na dinâmica do P1MC, na medida em que congrega 14 associações comunitárias rurais comprometidas com os processos de mobili-

zação, capacitação e construção de cisternas.

Este trabalho está dividido em três partes: a primeira situa o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) como uma política pública, destacando as concepções de participação e associativismo como prerrogativas para a implementação e viabilização das políticas de extensão rural. A segunda situa o associativismo em rede como fio condutor das ações do P1MC e elenca as principais atividades de participação e mobilização social no município de Olho D'Água do Casado. Finalmente, na última parte, são discutidas as ações do P1MC, avaliando-se os impactos do associativismo em rede sobre o desenvolvimento local.

A importância do presente estudo está na possibilidade de aprofundar as discussões sobre os significados da participação no campo da extensão rural, ampliando, assim, a compreensão das formulações teóricas a respeito do associativismo em rede nos processos de desenvolvimento local.

1. SITUANDO O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS (P1MC) COMO POLÍTICA PÚBLICA

De um modo geral, as políticas públicas voltadas para contextos populares incluem um conjunto de ações que influenciam as dinâmicas locais e interferem na vida cotidiana das pessoas e nas suas variadas formas de organização. Tais aspectos são facilmente observados no campo das políticas de extensão rural, tendo em vista que os planos, serviços e estratégias veiculados nas políticas estão, historicamente, permeados por valores, mediações, interesses, ambivalências e contradições, envolvendo diferentes níveis de participação e influência entre os diversos

2. Vale ressaltar que nos anos anteriores (2003 a 2007), a observação e o acompanhamento das dinâmicas do P1MC em Olho D'Água do Casado foram feitas a partir das intervenções técnicas do pesquisador, na condição de gestor técnico das atividades do P1MC.

3. O Programa Comunidade Ativa, do Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi desencadeado entre 2001 e 2002 pelo Projeto Sebrae-Xingó em trinta municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da mesorregião de Xingó, sendo seis municípios de Alagoas, seis de Sergipe, oito de Pernambuco e dez da Bahia, com a metodologia Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Dlis). Em cada um dos municípios

segmentos sociais (FIGUEIREDO, 1981).

Atualizando essa discussão, Callou (2006) destaca que a participação continua sendo indicada como variável orientadora das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, ressaltando que, tais políticas, precisam ser analisadas de forma crítica, já que o caráter participativo continua fazendo parte dos discursos institucionais, embora nem sempre esteja presente nas ações políticas. Essa reflexão aponta para o fato de que as instituições governamentais e não governamentais se apropriam do discurso da participação como estratégia e pretexto de legitimação dos processos de desenvolvimento, ainda que, nem sempre, garantam processos dialógicos associados às suas práticas. Nesse sentido, Daniel Rech (2000) reconhece que, embora os conceitos de participação e associativismo continuem como variáveis orientadoras das políticas públicas, as práticas associativas, pautadas na autonomia e na participação, ainda são muito pouco comuns.

Ainda no campo específico da extensão rural, Brose (2004) define a participação como poder, enfatizando a necessidade de as pessoas se organizarem e participarem das políticas de extensão rural, que “precisam ser reinventadas”. Para esse autor, a participação no âmbito das políticas de extensão rural pode ampliar a visão da sociedade sobre o conjunto de aspectos que caracterizam o espaço rural – o associativismo, a agroindústria, os serviços, as manifestações culturais e o turismo.

Sem sombra de dúvida, a idéia da participação na vida associativa, como prerrogativa para uma inserção cidadã, está na ordem do dia. Putnam (2002), por exemplo, retomando a ideia Tocquevilleana, que associa a participação em organizações associativas a uma cultura democrática, admite que as questões coletivas e práticas de cooperação estão vinculadas diretamente à esfera da vida cotidiana, ressaltando que a inserção em associações civis é uma das formas de construção de relações de reciprocidade e de confiança entre as pessoas.

Este autor, baseando-se nos níveis de civismo de vinte regiões italianas conclui que há participação nas “regiões mais cívicas”, a exemplo de Emilia-Ro-

magna; os cidadãos participam mais ativamente de todos os tipos de associações locais, acompanhando mais atentamente os assuntos cívicos veiculados na imprensa local e envolvendo-se mais fortemente nas discussões e participação políticas. Por outro lado, nas “regiões menos cívicas”, como a Calábria, a inexistência de associações cívicas e a escassez de meios de comunicação locais fazem com que os cidadãos se tornem menos atuantes politicamente – que sejam mais facilmente movidos por relações hierárquicas e de clientelismo – manifestando-se menos frequentemente sobre as questões públicas, de interesse coletivo. A partir de tais idéias, Putnam (2002) desenvolve uma noção cara em sua análise – a de capital social. O autor de “Comunidade e Democracia” destaca que este tipo de capital, ao contrário do capital convencional que é privado, é um bem público, gerado como subproduto de outras atividades sociais e que, como tal, “multiplica-se com o uso e minguava com o desuso” (PUTNAM, 2002, p.179).

Para comprovar seus argumentos, Putnam constatou que, no caso italiano, a participação em associações diversas é aproximadamente duas vezes superior nas regiões mais cívicas do que nas regiões menos cívicas, permitindo que, no primeiro caso, pudesse também ser constatado um estoque superior de capital social.

A relação entre participação nas associações e dinâmicas de desenvolvimento é retomada na realidade brasileira. Neto (2005), por exemplo, afirma que as dinâmicas e práticas associativas, nos mais variados contextos, constituem um campo de disputas e confrontos entre as divergentes concepções de vida social e interesses econômicos, estimulando uma participação ativa de grupos na defesa de interesses comuns. De acordo com esse autor, as práticas associativas em rede podem, inclusive, contribuir para ampliar a discussão sobre as políticas públicas, particularmente aquelas relacionadas à extensão rural.

Na verdade, como sublinha Pires (2003, p. 03), a exemplo da participação, “a valoração das dimensões não materiais da vida social está se tor-

nando um eixo comum entre muitos estudiosos contemporâneos, todos uníssonos na promulgação de uma sociedade antiutilitarista, mais inclusiva e democrática”. Como sublinha ainda essa autora, a idéia-força dessa nova perspectiva está na possibilidade de ampliação do espaço democrático, por meio de políticas mais inclusivas e da participação mais ativa dos cidadãos em torno de um destino comum. Seria, no seu entendimento, uma forma de resgatar os valores capazes de fortalecer os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento, a confiança e a solidariedade.

Tal perspectiva vem ganhando maior dimensão nas atuais discussões sobre desenvolvimento local, nas quais as dimensões políticas – de participação, de preocupação com a ideia de qualidade de vida, preservação ambiental, crescimento sustentável em termos sociais e ambientais, e de concertação social – articulação entre diversos atores da sociedade civil e esferas de poder – organizações governamentais e não governamentais, empresas, associações e cooperativas de criação de redes e, por conseguinte, de criação de capital social – se sobressaem às preocupações de natureza eminentemente econômica (PIRES, 2003).

Para Jara (2001), por exemplo, o desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo que envolve os aspectos abrangentes de qualidade de vida da população, tais como inclusão social, proteção à diversidade cultural, uso racional dos recursos naturais e atendimento às necessidades básicas do ser humano.

Tratando das estratégias de participação a partir da ótica do desenvolvimento local, Santos (2003) ressalta que as práticas associativas estão diretamente atreladas às novas relações de trabalho, às mudanças da capacidade de regulação do Estado e à construção de novos cenários. O ingrediente novo nesse processo se apresenta na intervenção localizada do Estado, promovendo a interação com o mercado, os movimentos sociais e os demais segmentos da sociedade, ampliando, assim, os espaços de discussão e participação nas comunidades locais. Nesse contexto, o desenvolvimento local é entendi-

do como “um processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida das populações locais, em que são mobilizadas as capacidades e energias endógenas” (SANTOS, CALLOU, 1995).

A experiência vivenciada no município de Olho D’Água do Casado em torno do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), é ilustrativa na medida em que nos permite avaliar as questões da participação e do associativismo em rede como prerrogativas para a alavancagem de processos de desenvolvimento local. Isso porque o P1MC vem se caracterizando como uma política pública que envolve a participação dos vários segmentos sociais, precisamente dos agricultores que são beneficiados diretamente com as cisternas e outras políticas públicas implantadas no município, desencadeando novas ações e fortalecendo os processos em curso, como será descrito adiante.

2. O P1MC COMO REFLEXO DO ASSOCIATIVISMO EM REDE E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Intimamente relacionada aos conceitos de participação e de associativismo, destacam-se algumas reflexões sobre redes sociais, no contexto das políticas de desenvolvimento. Fischer (2006), nesse sentido, admite o crescimento das redes sociais nas últimas décadas do século XX e enfatiza que estas redes permitem identificar e potencializar as capacidades locais, por meio de relações de troca, partilha e solidariedade, numa lógica não linear, não hierarquizada, flexível e estrategicamente vinculada à participação.

Ressaltando as características das redes sociais, Martinho (2002) destaca que estas dão conta de favorecer a troca de informações e as negociações entre pessoas e organizações de diferentes lugares, numa velocidade capaz de antecipar o tempo, reduzir distâncias e ampliar as formas de interação, participação e organização social. Ao valorizar a participação como estratégia de movimento e interação, este autor reconhece que “a cooperação entre

os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe em movimento. Sem participação, deixa de existir” (MARTINHO, 2002, p.25).

Ao relacionar a idéia de redes ao conceito de desenvolvimento local, Silveira (2002) sublinha que as redes associativas devem ter fluxos de comunicação consistentes sobre bases sociais efetivas, que estimulem mudanças em padrões culturais arraigados. E, ressaltando a importância das redes, o autor observa que:

A própria ideia-força do desenvolvimento local é, em sua essência, uma ideia de redes, que valoriza a participação e a formação de laços flexíveis, permite a convivência de proximidades e distâncias e estimula a reciprocidade aberta (2002, p.14).

As contribuições desses autores trazem elementos importantes para a compreensão das relações entre associativismo em rede e extensão rural no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), cujos propósitos se circunscrevem no esforço comum da ASA em discutir, elaborar e realizar ações políticas de convivência com o Semiárido. Tal perspectiva compreende um conjunto de estratégias para fortalecer a organização associativa dos agricultores e fomentar a construção coletiva de conhecimentos sobre a região, com vistas à elaboração de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural focadas nas necessidades próprias da população. A proposta política de convivência com o Semiárido inclui as ações que assegurem a segurança alimentar; o fortalecimento da agricultura familiar, de base agroecológica; o beneficiamento da produção e inserção dos produtos nos mercados solidários; a preservação dos recursos naturais, com a reposição da vegetação nativa da caatinga e o combate aos processos de desertificação. Também fazem parte das preocupações da ASA, as questões relacionadas

ao gênero e a valorização do trabalho das mulheres e das populações tradicionais da região semiárida (ASA – P1MC, 2002).

Na verdade, desde a sua origem, na década de 1970, a principal preocupação da ASA está relacionada à necessidade de construção de cisternas no meio rural para a coleta e armazenamento da água de chuva. Em torno dessa preocupação, foram desencadeadas várias discussões, que resultaram na criação de um conjunto de estratégias que permitiu a organização de redes regionais, contribuindo, significativamente, para a elaboração de políticas públicas mais apropriadas às necessidades do Semiárido. As estratégias do trabalho associativo para convivência com o Semiárido culminaram com a elaboração coletiva do P1MC e com o desencadear de outras ações de desenvolvimento local, naquela região (DUQUE, 2007)⁴.

Tal mobilização substituiu, gradativamente, os projetos efêmeros e incompatíveis com a realidade da região semiárida, historicamente mantidos pelo poder público e pelas organizações sociais, de cunho assistencialista, verticalizado e desvinculado dos reais interesses das populações envolvidas.

Referindo-se particularmente às distorções contidas nesse modelo, Pires (2003, p.55) comenta:

A extensão rural só se tornou eficaz para uma minoria de produtores com base na monocultura e voltada para um mercado de exportação. A maioria da população camponesa, entretanto, permaneceu à margem dos benefícios propagados pelas políticas de extensão e cada vez mais vulnerável ao assalariamento, isto é, à perda de autonomia sobre o trabalho e de controle sobre os meios de produção.

A concepção do trabalho associativo em redes presente na constituição da ASA e reproduzido na proposta política do P1MC propõe ações susten-

4 O Mapa da Nova Delimitação do Semiárido aponta um território heterogêneo com aspectos singulares que o caracterizam, por exemplo, como a região semi-árida mais populosa do mundo. Ocupa uma área de 970 mil km² correspondente a cerca de 90% da região Nordeste e ainda a região Setentrional do Estado de Minas Gerais, com uma população total estimada em 21 milhões de pessoas, e cerca de 9 milhões delas residindo no meio rural de 1.133 municípios (Ministério da Integração Nacional, 2005).

táveis, de caráter permanente e preventivo, procurando romper com o caráter excludente, autoritário e clientelista contido nas históricas políticas de extensão rural, e especialmente aquelas implantadas nos vários contextos da agricultura familiar no Semiárido.

No município de Olho D'Água do Casado, o conjunto de ações coletivas de convivência com o Semiárido é organizado e realizado pelo Fórum de Dlis, uma rede composta por 14 associações comunitárias rurais, que se articula com as instituições públicas e não públicas da região para viabilizar os projetos demandados pela população rural, com o propósito de fortalecer a participação dos agricultores e dos outros segmentos sociais. O trabalho do Fórum de Dlis é pautado nos processos de organização associativa, mobilização, capacitação e construção de cisternas e de outras ações que se complementam em torno da melhoria das condições de vida da população rural, a partir da valorização das energias e capacidades locais.

As associações articuladas em rede no Fórum de Dlis realizam trabalhos de mutirão nas comunidades, se mobilizam para captar recursos financeiros, participam de cursos e viagens de intercâmbio e criam mecanismos que permitem incluir as famílias nas ações públicas desencadeadas no município. A gestão da rede funciona de forma compartilhada ou colegiada: quatro gestores do Fórum de Dlis atuam mais diretamente em duas comunidades e dois gestores trabalham com três comunidades, escolhidas pelo critério de proximidade física.

O conjunto dessas ações desencadeou, entre 2003 e 2008, a capacitação de 300 pessoas em gestão dos recursos hídricos e convivência com a região semi-árida, formação de 12 pedreiros agricultores em técnicas de construção de cisternas de placas e a construção de 300 cisternas, com recursos do P1MC e com a contrapartida das 300 famílias (escavação, força de trabalho auxiliar nos serviços me-

nos específicos de construção das cisternas, alimentação e hospedagem dos pedreiros).

Com efeito, a experimentação do uso das cisternas pelas famílias, no meio rural de Olho D'Água do Casado, trouxe impactos consideráveis na vida das pessoas, com implicações em toda a dinâmica local. Observou-se, por exemplo: a redução do tempo gasto para busca e coleta de água, tarefa geralmente atribuída às mulheres e crianças, deixando-as com mais tempo para os estudos e outros afazeres; a melhoria da qualidade da água para consumo humano⁵; a melhoria das condições de saúde, notadamente quanto à redução dos índices de mortalidade infantil na região semiárida; - uma maior aproximação entre as pessoas, por conta das relações que estabeleceram no processo que acompanha desde a discussão/construção das cisternas e o uso comunitário da água.

Tem-se observado, também, que o envolvimento dos agricultores de Olho D'Água do Casado nos processos de construção de cisternas, pelo P1MC, vem favorecendo a articulação entre instituições locais e regionais em torno de um trabalho associativo em rede para a execução de uma série de outras ações como: conserto de alguns trechos das estradas de acesso à sede do município; construção de banheiros, com recursos das famílias e da Prefeitura Municipal; construção de pontes nos riachos, para facilitar o trânsito das pessoas, especialmente dos estudantes; eletrificação das casas, pelo Programa Luz para Todos; ampliação de algumas casas, para viabilizar a construção das cisternas; cultivo de plantas nativas da caatinga, dentre outros. Nos serviços específicos de infraestrutura, os agricultores revezaram dias de trabalho, permitindo, assim, a colaboração e a corresponsabilidade de todos os envolvidos e beneficiados com os resultados. Nessa dinâmica, o Fórum de Dlis se reúne mensalmente para avaliar o andamento dos trabalhos, discutir novas ações e distribuir as responsabilidades entre

5. Por conta da limitação na capacidade de armazenamento das cisternas, que é de 16 mil litros, as famílias são orientadas a usar a água armazenada nelas, apenas para beber, preparar os alimentos e cozinhar.

as associações de cada comunidade rural.

Com efeito, a rede composta a partir do P1MC compreende um conjunto de relações e vínculos entre o Fórum de Dlis, a ASA, a Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Casado, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Alagoas), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), o Instituto Xingó, a Embrapa Semi-Árido e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Associados aos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs). A articulação entre essas instituições tem resultado no desencadeamento de um ciclo de práticas focadas na convivência com o Semiárido, numa perspectiva associativa e participativa.

A proposta do P1MC também envolve os sindicatos rurais, cooperativas, associações comunitárias, fóruns, organizações não governamentais, conselhos e pastorais nos processos de mobilização, capacitação e construção de cisternas. Assim, a descentralização das ações, a participação de vários segmentos sociais do poder público e da sociedade civil, aliada à integração em rede, com outras políticas públicas permitem situar o P1MC como uma política pública diferenciada na sua relação com a realidade do Semi-Árido⁵.

Nas ações específicas do P1MC, o Fórum de Dlis é o responsável pelos processos de mobilização e capacitação dos agricultores em torno da construção das cisternas, com ações focadas em um conjunto de práticas de extensão rural, orientadas pelo diálogo, pela gestão dos conflitos e pelo debate acerca da convivência com o Semiárido. São questões que vão além do acesso à água para o consumo doméstico, convertendo-se num conjunto de estratégias criativas que valorizam as capacidades e potencialidades locais e o trabalho associativo em rede.

Nessa perspectiva, é interessante frisar que a rede

articulada em torno do Fórum de Dlis de Olho D'Água do Casado permitiu a integração entre as ações de vários programas públicos desencadeados no município. A articulação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), com o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)⁶, o Programa Luz para Todos (PLT), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e com o Programa de Saúde da Família (PSF), tem ampliado a participação das pessoas e suas associações comunitárias e permitido o desencadeamento de novas iniciativas. A construção de barragens subterrâneas e de banheiros, o plantio de espécies nativas da caatinga, a formação de agricultores em gestão dos recursos hídricos; a capacitação de pedreiros em técnicas de construção de cisternas e a organização dos apicultores e dos agentes comunitários de saúde do PSF, por meio de associações e cooperativas, são alguns dos resultados que caracterizam os impactos causados pelas práticas extensionistas do P1MC, focadas no associativismo em rede.

Estes são exemplos ilustrativos da importância dada pelo Fórum de Dlis e pelas instituições parceiras aos processos participativos e à mobilização social, como ferramentas essenciais para o desenvolvimento de um trabalho coletivo, articulado em rede e focado em práticas renovadas de extensão rural no âmbito do P1MC.

Tais desdobramentos das ações têm influenciado as dinâmicas locais, seja no âmbito de vida associativo, seja no âmbito da unidade produtiva familiar, corroborando a perspectiva de Figueiredo (1981), já discutida neste trabalho, em torno do papel das políticas públicas sobre o destino das coletividades. Sinalizam também uma renovação nas práticas extensionistas, na medida em que se pautam na criação de estratégias discutidas e criadas coletivamente.

5. Tal perspectiva reafirma os seus princípios orientadores, apresentados no documento ASA – P1MC, 2002.

6. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) é uma ação da Articulação no Semiárido (ASA) e tem como objetivo “promover a segurança e a soberania alimentar das famílias agricultoras, através da produção de alimentos com base em tecnologias apropriadas à região, visando o desenvolvimento sustentável local e a geração de renda.” O P1+2 está sendo implantado em nove Estados, com processos de formação e mobilização e construção de barragens subterrâneas, cisternas calçadão, barreiros profundos e tanques de pedra em casas com cisternas construídas pelo P1MC (ASA – P1+2, 2008).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das ações do P1MC no município de Olho D'Água do Casado revelam uma pluralidade de atividades movida por uma significativa mobilização popular, articulada em rede pelas associações comunitárias rurais que compõem o Fórum de Dlis e pelo conjunto de instituições parceiras que estão diretamente envolvidas nas iniciativas de convivência com o Semiárido.

O caráter renovado das práticas extensionistas está destacado pelas relações criadas entre técnicos, agricultores e as diversas instituições envolvidas, possibilitando a construção do diálogo entre os envolvidos, assim como a tomada de decisões, a gestão partilhada dos conflitos e a divisão das responsabilidades, de forma coletiva.

As inferências empíricas revelaram que, de um modo geral, o associativismo em rede praticado no município de Olho D'Água vem gerando impactos positivos nos processos de desenvolvimento local. Isso porque, como evidenciado, as formas associativas utilizadas nos processos de mobilização, capacitação e construção de cisternas aproximam as pessoas, revelando possibilidades para implantação de novos projetos no município, ampliando, assim, a percepção sobre as potencialidades locais. Nesse sentido, cabe ressaltar que a inserção do município no Programa Luz para Todos (PLT), com a eletrificação das comunidades; no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da venda de mel para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e no Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) se deu por conta da participação da rede de associações nas discussões com a prefeitura, com a ASA e com outras instituições parceiras, a exemplo do Sebrae, que vem investindo no desenvolvimento da apicultura do município, por meio do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL).

É possível admitir, ainda, que o associativismo em rede provocou uma série de mudanças na vida da população, a partir da implantação do P1MC

no município. Tais mudanças podem ser elencadas em dois níveis: no campo objetivo que se refere às conquistas materiais pelos agricultores (cisternas, banheiros e eletrificação das casas) e no campo subjetivo que compreende o fortalecimento da organização associativa, com reflexos na capacidade de participação dos agricultores nos processos de desenvolvimento local.

Finalmente, a partir da experiência analisada, pode-se considerar que o associativismo em rede vem se constituindo como um instrumento de mobilização de particular relevância nos processos de desenvolvimento local, na medida em que se revela capaz de implementar ações passíveis de enfrentar situações de gravidade, como a falta de água potável, por exemplo, já que a água dos reservatórios disponíveis para a população rural é insuficiente e contaminada, segundo dados da Embrapa (2005). Ademais, o fácil acesso à água limpa, captada da chuva e armazenada nas cisternas, implicou a expressiva redução do trabalho diário e do desgaste físico das mulheres e crianças na captação de água, além de reduzir problemas de saúde da população. Foi possível também constatar que a mobilização das pessoas em torno das cisternas, no âmbito do P1MC, contribui para as famílias construírem novas dinâmicas cotidianas em torno de projetos familiares e comunitários. A construção de banheiros, o plantio de mudas de espécies nativas, a produção e comercialização de mel constituem alguns exemplos ilustrativos nesse sentido, sinalizando, assim, os desdobramentos dos trabalhos desencadeados a partir do no P1MC.

O associativismo em rede, ao mesmo tempo, contribuiu para ampliar a mobilização dos agricultores em torno da percepção de suas necessidades e da busca de soluções em comum para atendê-las. Contribuiu, acima de tudo, para que os agricultores percebessem e assumam as responsabilidades com as cisternas, os banheiros, a manutenção das estradas de acesso às casas além do plantio anual de mudas de espécies da caatinga, ampliando, assim, as discussões acerca da convivência com o Semiárido e do desenvolvimento local, integrado e sustentável.

A capacidade de articulação do Fórum de Dlis com instituições públicas e não públicas parece indicar que o associativismo em rede tem fortalecido os laços de parceria, cooperação e solidariedade, e ampliado as perspectivas de novos caminhos na construção do desenvolvimento local.

Os dados foram ilustrativos no sentido de mostrar que no município de Olho do D'Água do Casado, o associativismo em rede contribui para ampliar a compreensão da importância dos trabalhos coletivos e do poder que os agricultores têm para debater as políticas públicas com os vários segmentos da sociedade, principalmente com o poder público local, representado diretamente pela Prefeitura Municipal.

As dinâmicas do P1MC podem ser consideradas como práticas extensionistas renovadas, na medida em que se assentam no diálogo entre os técnicos e agricultores e entre estes e suas associações, além das instituições parceiras, diretamente envolvidas nos processos de mobilização, capacitação e construção de cisternas.

Finalmente, considerando que outras ações de convivência com o Semiárido estão sendo desencadeadas pelo Fórum de Dlis no município estudado, o campo empírico permanece aberto para novas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASA. Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: Uma terra e duas águas (P1+2). Recife, 2008.

_____. Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o SemiÁrido: Um Milhão de Cisternas Rurais. ed. revista. Recife, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração. Mapa da nova delimitação do semi-árido, 2005. Disponível em: <www.ministeriodaintegracao.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2008.

BROSE, Ma. (Org.). Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo, 2004. 273p.

CALLOU, A. B. F.. Extensão rural: Polissemia e Memória. Recife: Bagaço, 2006.

DUQUE. G. A Articulação do Semi-Árido no Nordeste. Campina Grande - PB, 2007. (mimeo).

FIGUEIREDO, R. P. de. Extensão rural no Brasil. Santa Maria, RS, 1981. Palestra proferida no I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural. (mimeo.).

FISCHER, R. M. Novos arranjos para a sustentabilidade. In: CABRAL, Antônio e COELHO, Leonardo. (Org.) Mundo em Transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JARA, C. J. As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável. Brasília: IICA, 2001.

MARTINHO, C. Algumas palavras sobre rede. Desenvolvimento local. Dinâmicas e estratégias. Brasília: REDE DLIS, 2002.

NETO, G. I. Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – O Projeto Lumiar na Paraíba. João Pessoa: 386 p.: il.- UFPB/CCHLA/PPGS, 2005.

PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PIRES, M. L. L. S. O cooperativismo para além do mercado e do estado: a solidariedade em debate. In: TAUK SANTOS, M. S.; CALLOU, A. B. F. (Org.). Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Bagaço, 2006. 254 p.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a ex-

periência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

SANTOS, M. S. T. Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade. In: LIMA, J. R. T. de (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife: Bagaço, 2003.

_____ ; CALLOU, A. B. F. Desafios da comunicação em tempo de desenvolvimento local. Revista Signo: ano 2, n. 3, set., 1995.

SEBRAE. Unidade de Desenvolvimento Local. Relatório do Projeto Sebrae-Xingó. Maceió, AL. 2002.

SILVEIRA, C. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. Desenvolvimento local – Dinâmicas e Estratégias. REDE DLIS. Brasília - DF. 2002.